A INSERÇÃO CIVILIZACIONAL DO BRASIL SEGUNDO ERNESTO ARAÚJO E DARCY RIBEIRO: UMA COMPARAÇÃO DE FUNDAMENTOS

Rafael Queiroz Alves[1]
Leonardo Augusto Franco[2]

1. Resumo: O presente artigo objetiva analisar as noções de inserção civilizacional trazidas pelo atual Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, em seu artigo "Trump e o Ocidente", e, também, as formulações do antropólogo Darcy Ribeiro sobre o mesmo tema, presentes em seu livro, "O Povo Brasileiro". Compreendidas ambas as perspectivas, serão comparadas para que sejam ressaltadas as diferenças entre seus fundamentos. Enquanto Araújo se alinha a uma concepção que enquadra o Brasil como aliado dos Estados Unidos no processo de restauração identitária do Ocidente, a obra de Darcy Ribeiro sugere que o Brasil deveria rumar em direção contrária para criar uma nova civilização denominada "neolatina", afirmando uma identidade propriamente latino-americana e pós-ocidental.

Palavras-chave: Civilização ocidental; Política externa brasileira; América Latina.

2. Abstract: The present article aims to analyze the notions of civilizational insertion brought by the current Minister of Foreign Affairs of Brazil, Ernesto Araújo, in his article "Trump and the West", and also the formulations of the anthropologist Darcy Ribeiro on the same subject, present in his book, "The Brazilian People". When both perspectives are understood, they will be compared so that the differences between their foundations are highlighted. While Araújo is aligned with a conception that fits Brazil as an ally of the United States in the process of Western identity restoration, Darcy Ribeiro's work suggests that Brazil should move in the opposite direction to create a new civilization called "neolatina", affirming a Latin American and post-Western identity.

Keywords: Western civilization; Brazilian foreign policy; Latin America.

3. INTRODUÇÃO:

O presente artigo analisará a consideração de que o Brasil pertence e deve permanecer pertencente à civilização ocidental, que estaria sendo restaurada por Donald Trump, feita pelo atual Ministro das Relações Exteriores Ernesto Henrique Fraga Araújo em seu artigo "Trump e o Ocidente". A análise partirá da verificação do embasamento e dos fundamentos teóricos para tal posição e, também, dos dobramentos práticos advindos desta. Posteriormente, esta formulação será comparada com a proposição feita pelo antropólogo Darcy Ribeiro em "O Povo Brasileiro" de que o Brasil teria de fato raízes do Ocidente, mas teria potencial para erigir futuramente uma nova civilização denominada "neolatina", que seria concorrente à ocidental e capaz de se estabelecer como superpotência mundial. As abordagens teóricas serão comparadas a partir da hipótese de que as diferenças entre ambas advêm de fundamentos opostos.

Araújo escreve o artigo citado a partir de considerações sobre as palavras do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, no discurso que realizou em Varsóvia, no dia 6 de julho de 2017. Segundo Araújo, Trump pronunciou um discurso marcante em defesa do Ocidente. Tendo como tema central a visão de que a civilização estaria mortalmente ameaçada desde seu próprio interior, somente sobreviveria através da recuperação de sua espiritualidade. O Ocidente, enquanto civilização (território físico e do "espírito")

[1] Rafael Queiroz Alves é aluno do terceiro ano do curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" em Marília.

[2] Leonardo Augusto Franco é aluno do quarto ano do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" em Marília.

composta por uma "enorme massa de palavras e sentimentos, ideias e crenças formada ao longo de 25 ou 30 séculos" (trazendo aspectos europeus), sofreria ameaça de extinção devido às atuação do que o autor denomina "globalismo" e "marxismo cultural", que levariam o mundo à máxima homogeneização política e cultural, desintegrando civilizações. Entretanto, o autor parte do pressuposto de que Trump seria o encarregado pela recuperação desse espírito pela salvação do Ocidente.

Um aspecto fundamental de sua proposição se manifesta pela retórica nacionalista. O nacionalismo seria expresso, segundo o raciocínio de Araújo, através de uma dinâmica em que todas as soberanias nacionais seriam respeitadas pelos demais Estados americanos. Desse modo, a política externa norte-americana sob o governo de Donald Trump não seria expansionista e intervencionista, rompendo com o paradigma de agendas neoconservadoras anteriormente seguidas pelos últimos governos dos Estados Unidos. Assim, de modo geral, a nova forma de relacionamento dos Estados Unidos consistiria em um "pan-nacionalismo" e em um "anticosmopolitismo radical". Ademais, com o mundo estruturado com relações dessa natureza, estabeleceria uma ordem multipolar no sistema internacional. Em síntese, Trump levaria o Ocidente a um pan-nacionalismo no sistema internacional multipolar. Segundo Araújo:

> O Ocidente forma uma comunidade de nações que compartilham algo que as ultrapassa – cultura, história e fé. As nações não ocidentais não compartilham desse mesmo conjunto de cultura, história e fé, portanto, não fazem parte do Ocidente – mas esse Ocidente também não quer fazer parte do resto do mundo, não quer impor seu patrimônio ao restante do mundo, mesmo porque esse patrimônio é impossível de se impor, já que, por definição, é impossível compartilhar sua própria ancestralidade, sua própria identidade (ARAÚJO, 2018, p. 333).

Com efeito, a retórica da "multipolaridade", somada à promessa de um hipotético pan-nacionalismo liderado pelos Estados Unidos no Ocidente, seria determinada na prática pela manutenção da existência de governos alinhados política, econômica e, agora, culturalmente. Essa condição levaria à recomposição estrutural do Ocidente enquanto civilização, respeitando, contudo, as soberanias dos países-membros desta. Todavia, eram esperados choques entre esse novo nacionalismo e o elenco neoconservador presente nos diversos setores do governo dos Estados Unidos, o que não foi constatado na prática, se se considerar a permanência de práticas intervencionistas na política externa do país, por exemplo, na Síria e na Venezuela. Porém, a investigação da veracidade das promessas de "multipolaridade" por Trump abre margem para outro debate que desvia do tema do presente artigo.

Nesse sentido, considerando a posição do Brasil dentro deste cenário, a eleição de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil em 2018 aconteceu sob a promessa de realizar um alinhamento à agenda "trumpista". Essa agenda seria cumprida pelo atual ministro das relações exteriores, Ernesto Araújo. Desse modo, faz-se necessária a análise da posição do Brasil nesta civilização ocidental que estaria sendo restaurada com a onda conservadora conduzida por Donald Trump. É fundamental compreender os fundamentos do Brasil dentro deste fenômeno e à qual condição tende a se submeter ao se envolver nessas dinâmicas.

Por fim, analisada a concepção de inserção civilizacional do Brasil ao Ocidente gerada pela ideologia "trumpista" de Ernesto Araújo, assentada em referências conservadoras estadunidenses, será apresentada, com propósito de posterior comparação, outra perspectiva acerca da inserção civilizacional do Brasil, elaborada pelo antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro em sua obra-prima, "O Povo Brasileiro". Ribeiro se dispõe a retomar a história do Brasil dando ênfase na formação étnica e cultural do país, alvejando o estudo das propriedades únicas da identidade brasileira e trazendo, no último capítulo de seu escrito, expectativas sobre o futuro da inserção civilizacional da nação.

Em oposição aos fundamentos de Araújo, Ribeiro, dotado de outras referências teóricas, lançava mão de diferentes noções de inserção civilizacional do Brasil, fazendo uma defesa da latinidade cultural e de outra dinâmica de relacionamento com o mundo, considerando a América anglo-saxã como adversária e concorrente do desenvolvimento da civilização latino-americana. Objetiva-se, no presente estudo, portanto, trazer à tona uma concepção alternativa de entendimento do lugar do Brasil entre as

civilizações presentes no globo. As duas perspectivas apresentadas, então, serão conclusivamente comparadas, expondo suas diferenças em fundamentos e em elaboração.

4. INFLUÊNCIAS TEÓRICAS DE ERNESTO ARAÚJO:

4.1 - SAMUEL HUNTINGTON:

A primeira referência notável de Ernesto Araújo para formular sua linha teórica parte da obra "Choque de Civilizações", de Samuel Huntington. Buscando no livro os conceitos que se compatibilizam com o artigo de Araújo, pode-se identificar paralelos em afirmações de que o Ocidente estaria em declínio devido ao deslocamento de poder entre as nações (concedendo atenção especial ao crescimento econômico e militar das potências asiáticas e à expansão demográfica de países muçulmanos), de que o mundo estaria inserido em uma ordem multipolar e multicivilizacional definida por cooperações por afinidades culturais, de que a pretensão universalista do Ocidente seria uma raiz geradora de conflitos (estando o autor em oposição à doutrina neoconservadora, incentivando uma postura mais defensiva e contida na ordem mundial) e de que a sobrevivência do Ocidente dependeria da reafirmação de seus valores para manter sua constituição como algo singular e não universal. Esta ordem, segundo Huntington, seria composta por sete ou oito civilizações que poderiam se chocar umas com as outras ou aliarem-se em maiores ou menores medidas (HUNTINGTON, 1997).

Diante destas asserções, pode-se visualizar que, em geral, tanto Araújo como Huntington defendem a recuperação do Ocidente e são críticos de políticas multiculturalistas, universalistas e expansionistas. Araújo, a propósito, cita o "Choque de Civilizações" em seu artigo em tom de resposta a possíveis acusações de que a teoria teria sido superada, insistindo em seu uso e explicando sua concepção sobre "o que é Ocidente". De acordo com Araújo :

> Tornou-se corrente desmerecer qualquer um que enxergue um Ocidente ameaçado, ou mesmo qualquer um que simplesmente tente definir o Ocidente por oposição a algo. Vem logo a crítica: "Isso aí é Clash of Civilizations, isso está ultrapassado, desacreditado, isso é chauvinismo, racismo, xenofobia…". Passou a ser politicamente incorreto e, portanto, inaceitável, nos círculos de boa conversação, falar de uma Civilização Ocidental, ou utilizar o modelo de relações internacionais baseado na competição entre as diferentes civilizações, proposto por Samuel Huntington, onde uma civilização possa vencer e outra perder. Só se pode falar de Civilização Ocidental se for para denegrir o seu passado ou para negar a sua existência ou relevância no presente. Já quanto à expressão "Ocidente", acostumamo-nos a emprega-la apenas no sentido geopolítico de um grupo de países da Europa e América do Norte que compartilha uma aliança militar e uma adesão (que é proibido questionar) à economia de mercado e à democracia representativa, basicamente um conceito da Guerra Fria e que, nessa definição, faz pouco sentido desde o fim daquela configuração mundial. Entretanto, se abrirmos por um momento a porta, se deixarmos de olhar o mapa e começarmos a estudar o território, principalmente o território do espírito, veremos uma enorme massa de palavras e sentimentos, ideias e crenças formada ao longo de 25 ou 30 séculos (não é tanto, são apenas 100 gerações), à qual podemos chamar Ocidente, Civilização Ocidental, uma entidade orgânica, viva, outrora pujante, mas hoje com sintomas sérios de debilidade e até mesmo demência, dando a impressão de que, deixadas as coisas ao seu curso natural, poderá desaparecer para sempre em poucos anos. (ARAÚJO, 2018, p. 325).

Huntington desenvolveu o conceito aqui abordado após a Guerra Fria, na década de 1990, em resposta à hipótese de que a história das relações internacionais teria chegado ao seu fim, que seria definido pela unipolaridade e pela generalidade dos valores liberais e de mercado (levantada principalmente por Francis Fukuyama em seu livro "O Fim da História e o Último Homem"). Ao contrário de hipóteses de unipolaridade, Huntington estabelece que a história continuaria se movendo, entretanto, baseada em uma dinâmica de choques entre diferentes civilizações, e aponta que a única solução para atingir a paz diante de

tal problemática se daria através da consolidação de uma ordem multipolar que preservasse as civilizações separadas, assentadas etnicamente em suas raízes, sem serem deterioradas pelo "multiculturalismo".

Em consonância, Araújo pensa nos mesmos termos, trazendo tal preocupação, de origem estadunidense, à realidade nacional, por considerar que o Brasil faz parte do Ocidente e, logo, compartilha da mesma problemática. Entretanto, ao fazer a proposição aqui analisada, o diplomata ignora um ponto crucial da formulação de Huntington: a América Latina, em seu modelo civilizacional, não é o Ocidente. Ainda que haja uma aderência cultural aos valores norte-americanos por parte da civilização latina, que esta seja percebida pelos ocidentais como uma área estratégica de livre comércio e que suas elites aspirem uma integração multidimensional aos países mais ricos do sistema, para o autor citado, o Brasil não pertence ao Ocidente.

4.2 - A TEORIA DO "MARXISMO CULTURAL":

A segunda grande influência teórica necessariamente existente nos argumentos presentes em "Trump e o Ocidente" se expressa por meio da abstração de "marxismo cultural" citada ao longo do artigo como inimiga do Ocidente. Essa formulação, apesar de possuir antecedentes no começo do século XX, teria tomado forma definitiva quando começa a influenciar diversos grupos conservadores nos Estados Unidos. William S. Lind, entretanto, será o autor de um pequeno resumo acerca da definição do marxismo cultural e de seus mecanismos de atuação, que servirá como base para disseminar categoricamente as suposições trazidas pela teoria. Consequentemente, autores brasileiros, como Olavo de Carvalho (responsável pela indicação do Chanceler ao Ministério das Relações Exteriores e figura que exerce considerável influência sobre a cena conservadora brasileira), adotam os argumentos trazidos pela suposição da existência de um "marxismo cultural" que ameaçaria o Ocidente.

A teoria do "marxismo cultural" dialoga com a hipótese de deterioração do Ocidente no sentido de que teria seus pilares no "multiculturalismo" e no "politicamente correto". Segundo Lind, o marxismo cultural pode ser identificado a partir dessas duas categorias, se escondendo estrategicamente por trás de ambas, pois seus formuladores saberiam que, caso seus fundamentos marxistas fossem identificados dentro delas, não seriam tão amplamente aceitas. O marxismo cultural teria nascido em 1919, após a Primeira Guerra Mundial. A teoria marxista teria trazido a suposição de que, após uma grande guerra europeia, a população continental se uniria para superar o capitalismo e erigir o comunismo. No entanto, diante da falência desse plano, Gramsci e Lukács teriam argumentado que a cultura ocidental e a religião cristã teriam "cegado" a classe operária, e, portanto, a instalação do comunismo apenas seria possível no Ocidente até estes dois elementos impeditivos serem destruídos. A tática seria baseada em meios culturais para atingir tal fim, justificando a nomenclatura conceitual.

Para Lind, a introdução de educação sexual nas escolas públicas por Lukács enquanto fora Ministro da Cultura da Húngria representaria uma tentativa de destruição da moral sexual ocidental e cristã. E este "processo cultural" continuaria. Inspirado parcialmente por Lukács, o Instituto de Pesquisa Social seria criado em 1923 na Universidade de Frankfurt, na Alemanha, e logo seria conhecido simplesmente como "Escola de Frankfurt" e se tornaria o criador do marxismo cultural. Os principais pensadores desta escola seriam Max Horkheimer, Theodor Adorno, Wilhelm Reich, Eric Fromm and Herbert Marcuse.

William argumenta que a Escola de Frankfurt teria o fundamento de traduzir o marxismo de termos econômicos para termos culturais, fazendo uma revisão da teoria de Karl Marx. Lind afirma que os teóricos frankfurtianos argumentavam que a cultura não deveria apenas ser restringida enquanto componente da "superestrutura" da sociedade, mas, sim, ser considerada uma variável independente. Também, o proletariado não deveria liderar uma revolução marxista, pois este estaria se transformando em classe média; pelo contrário, quem lideraria, então, seriam as minorias compostas por negros, estudantes, femininas e homossexuais (LIND, 2008).

Desse modo, então, teria sido criado a "Teoria Crítica", baseada na crítica das instituições tradicionais, como a família, e da cultura ocidental. Nesse momento, o "politicamente correto" seria

instrumentalizado para superar a cultura tradicional, que julgaria como racista, machista, homofóbica etc., através da normalização da justiça social e do igualitarismo, expressos em representatividades atribuídas às minorias em produções culturais (filmes, livros e músicas).

Marcurse, sendo o mais analisado por Lind entre os autores da Escola de Frankfurt pelo fato de ter atuado dentro dos Estados Unidos, seria o "guru" da *New Left* criada dentro do país. Segundo o autor conservador, com a publicação de "Eros e Civilização", Marcuse teria argumentado em seus livros a favor da liberação sexual, da busca pela maximização do prazer e do hedonismo, da tolerância entre ideias vindas da esquerda e da intolerância em relação às vindas da direita. Após a década de 1960, o pensador frankfurtiano teria "injetado" o marxismo cultural nas universidades estadunidenses, influenciando as gerações posteriores aos *baby boomers* (nascidos entre meados das décadas de 1940 e 60) e criando, principalmente, a "ideologia de Estado da América". Diante disto, então, Lind propõe que as próximas gerações de conservadores devem aderir à pauta reconhecedora do "marxismo cultural" para serem mais bem-sucedidas.

5. A INSERÇÃO CIVILIZACIONAL DO BRASIL PROPOSTA POR DARCY RIBEIRO:

Agora, cabe a proposição alternativa de inserção civilizacional brasileira, baseada no trabalho do antropólogo Darcy Ribeiro. Com embasamento substancialmente nacional, a obra-prima de Ribeiro, "O Povo Brasileiro", publicada em 1995, aborda a história da formação do povo brasileiro desde o período colonial.

O livro aborda as origens culturais e os mecanismos de formação étnica e cultural do povo brasileiro. "O Povo Brasileiro" une uma teoria empírica sobre classes sociais no Brasil e na América Latina, traz uma tipologia das formas de exercício do poder político e, também, uma teoria de cultura. Ribeiro, também, expõe os caminhos pelos quais a empresa "Brasil" construiu as zonas de habitação humana no território nacional (destacando as relações de exploração econômica e humana constantemente presentes no processo de colonização) e sua influência na miscigenação das três matrizes étnicas formadoras do brasileiro. O autor declara no início do texto que se dispõe a responder, ao longo de todo o seu desenvolvimento, a pergunta: por que o Brasil não deu certo? Esta indagação é tomada como conclusão no final, no último capítulo.

O foco do presente tópico será analisar a conceitualização acerca de civilização desenvolvida na América do Sul e, especificamente, no Brasil por Darcy Ribeiro. A partir de menções a tal tema obtidas através de sua obra-prima serão buscadas conclusões acerca da inserção civilizacional do Brasil por ele proposta. A primeira parte de "O Povo Brasileiro", intitulada "O Novo Mundo" já se mostra suficiente para, no presente artigo, fornecer coordenadas para apresentar a perspectiva antropológica de Ribeiro acerca da inserção civilizacional do Brasil. A última parte, "O Destino Nacional", finaliza o livro levantando hipóteses congruentes com as variáveis lançadas na primeira parte. Dessa maneira, a presente análise abordará a primeira e a última parte do livro para estabelecer, em linhas gerais, a concepção geral do antropólogo sobre o Brasil e a civilização ocidental.

Darcy Ribeiro traz à tona a história da formação do povo brasileiro mantendo sempre uma variável constante de análise: a intersecção entre as matrizes étnicas geradoras deste povo propiciada por relações de exploração, determinadas por uma realidade sistêmica de capitalismo primitivo, dos índios (nativos) e negros trazidos da África para a América pelos europeus. Índios, europeus e negros formaram a etnia brasileira, portanto, sob relações em que o segundo grupo a chegar nestas terras dominou o primeiro e o terceiro, contando, posteriormente, a história destes eventos de acordo com sua perspectiva. Entretanto, se dispondo a analisar criticamente esta versão da história que foi difundida apenas pelos europeus, declara Ribeiro:

> Reconstituir esse processo, entende-lo em toda a sua complexidade, é meu objetivo neste livro. Parece impossível, reconheço. Impossível porque só temos o testemunho de um dos protagonistas, o invasor. Ele é quem nos fala de suas façanhas. É ele, também, quem relata o que sucedeu aos índios e aos negros, raramente lhes dando a palavra de registro de suas

> próprias falas. O que a documentação copiosíssima nos conta é a versão do dominador. Lendo-a criticamente, é que me esforçarei para alcançar a necessária compreensão dessa desventurada aventura (RIBEIRO, 1995, p. 30).

Movido por esse raciocínio, Ribeiro explica o desenvolvimento do povo brasileiro considerando todas as fontes que o criaram. Entretanto, o antropólogo remonta períodos históricos anteriores à colônia, desenvolvendo conjecturas a partir da história europeia, mantendo o padrão crítico. Abordando os conflitos que levaram às formações dos Estados europeus após o feudalismo, por exemplo, Ribeiro focaliza no caso de Portugal, enquanto invasores e responsáveis pelo início da gestação do povo mestiço desta terra americana, que seria uma extensão de si:

> Nesses conflitos de amplitude mundial, a Ibéria se debilita tanto, que acaba por sucumbir como cabeça do Império mundial sonhado tantas vezes. Sucumbe, porém, é lá nos conflitos com seus pares. Cá, nos novos mundos, seus sêmens continuam fecundando prodigiosamente a mestiçagem americana; sua língua e sua cultura prosseguem expandindo-se. Nesse passo, se enriquecem para constituir, afinal, uma das províncias mais amplas, mais ricas e a mais homogênea da terra, a América Latina [...] No Brasil de índios e negros, a obra colonial de Portugal foi também radical. Seu produto verdadeiro não foram os ouros afanosamente buscados e achados, nem as mercadorias produzidas e exportadas. Nem mesmo o que tantas riquezas permitiram erguer no Velho Mundo. Seu produto real foi um povo-nação, aqui plasmado principalmente pela mestiçagem, que se multiplicam prodigiosamente como uma morena humanidade em flor, à espera do seu destino. Claro destino, singelo, de simplesmente ser, entre os povos, e de existir para si mesmos. Nada é mais continuado, tampouco é tão permanente, ao longo desses cinco séculos, do que essa classe dirigente exógena e infiel a seu povo (RIBEIRO, 1995, p. 68).

Ribeiro sempre destaca a postura colonizadora e exploradora dos portugueses que aqui vieram controlar o território que antes já possuía um povo Tupi bem definido. Entretanto, na escala da evolução cultural, esse povo dava "os primeiros passos da revolução agrícola, superando assim a condição paleolítica, tal como ocorrera pela primeira vez, há 10 mil anos, com os povos do velho mundo". Desse modo, essa sociedade, baseada no povo e na etnia Tupi, não estratificada em classes, que antes já estava aqui instalada e encontrava-se em processo de desenvolvimento, foi totalmente modificada, transformada, se tornando "empregada" dos grupos lusitanos que aqui chegaram impulsionados pela primeira expansão ultramarina, pelos descobrimentos na América, por uma profunda revolução tecnológica que lhes deu acesso ao mundo inteiro (que garantiu o desenvolvimento das embarcações à vela), com vistas a transformar a América em uma mera espécie de "província do Ocidente". Cumprindo seus papéis como agentes da civilização ocidental e cristã de cunho historicamente expansionista, os ocidentais "libertariam" os índios do paganismo. Contudo, segundo Darcy, no Brasil, considerando relevante a influência e o papel dos conhecimentos tradicionais indígenas no papel de consolidação dessa nova sociedade, foi instaurada uma nova civilização.

Posteriormente, comparando o destino histórico da formação do povo norte-americano, também substancialmente associado à expansão europeia aos seus modos particulares para cada colônia, com a formação do povo sul-americano, Ribeiro constata que este último povo foi formado dentro de relações socioeconômicas completamente diferentes, de subalternidade, se comparado à autonomia que o primeiro obteve ao longo dos processos que o criaram. Os povos norte-americanos obtiveram autonomia, capacidade de autodeterminar seu destino, por razões multifatoriais (colônia de povoamento ao invés de colônia de exploração, por exemplo), enquanto, no Brasil, por exemplo, as relações de trabalho e de estruturação socioeconômica foram determinadas por um processo colonização de exploração. Essas diferenças capitais propiciaram que os Estados Unidos se aproximassem mais de uma extensão da civilização ocidental, preservando seus pilares, do que o Brasil, que passa a ser, segundo Ribeiro, "bizarro" aos olhos europeus de análise civilizacional. Explica Ribeiro que:

> Essas linhas de formação correspondem, no lado nórdico, à formação de um povo livre, dono do seu destino, que engloba toda a cidadania branca. No nosso sul, o que se engendra é uma elite de senhores da terra e de mandantes civis e militares, montados sobre a massa de uma subumanidade oprimida, a que não se reconhece nenhum direito [...] No plano histórico-cultural, os nórdicos realizam algumas das potencialidades da civilização ocidental, como extensão sensaborona e legítima dela. Nós, ao contrário, somos a promessa de uma nova civilização remarcada por singularidades, principalmente africanidades. Já por isso, aparecemos a olhos europeus como gentes bizarras, o que, somado à nossa tropicalidade índia, chega para aqueles mesmos olhos a nos fazer exóticos. Não somos e ninguém nos toma como extensões de branquitudes, dessas que se acham a forma mais normal de se ser humano. Nós não. Temos outras pautas e outros modos tomados de mais gentes. O que, é bom lembrar, não nos faz mais pobres, mas mais ricos de humanidades, quer dizer, mais humanos. Essa nossa singularidade bizarra esteve mil vezes ameaçada, mas afortunadamente conseguiu consolidar-se. Inclusive quando a Europa derramou multidões de imigrantes que acolhemos e até o grande número de orientais adventícios que aqui se instalaram. Todos eles, ou quase todos, foram assimilados e abrasileirados (RIBEIRO, 1995, p. 73).

Conclusivamente, ao declarar que o Brasil é constituído por "uma promessa de uma nova civilização remarcada por singularidades", reconhecendo que é considerado, também, "bizarro" sob uma ótica europeia, mas o fazendo com um certo orgulho patriótico e que enxerga tal aspecto como positivo. Ser diferente do Ocidente, aos olhos de Darcy, é uma variável que fortalece o Brasil, principalmente pelo fato de ser constituído por múltiplos povos que se somam e se unificam dentro de contextos marcados por dificuldades, relações de exploração e de intensos esforços adaptativos.

Cabe realçar o fato de que o resultado do processo civilizatório brasileiro interrompeu a linha evolutiva das populações indígenas brasileiras, que foram subjugadas. Os nativos foram integrados como mão de obra de uma civilização externa, já formada e estabelecida em uma "etapa mais elevada da evolução sociocultural". Esse passo foi dado pela incorporação ou atualização histórica, levando os indígenas à perda de sua autonomia étnica, à sua dominação e à transfiguração. Essa situação formou as bases sobre as quais se erigiu a sociedade brasileira. Quando foram implantados os primeiros engenhos açucareiros, importando avançada tecnologia europeia e tornando a terra americana um mero núcleo extrativista, foi estabelecida definitivamente a condição socioeconômica dos índios enquanto "proletariado externo" que deveria servir a um empresariado europeu. O Brasil, enfim, foi estruturado como uma colônia mercantil-escravista da metrópole portuguesa.

A sociedade brasileira, portanto, foi edificada a partir da assimilação entre indígenas que contribuíam fornecendo conhecimentos tradicionais locais, refletidos culturalmente, africanos que vinham carregados também com saberes do continente de onde vinham e que influenciava suas condutas em solo americano, e europeus que importavam tecnologia, impunham uma ordem católica e traziam verticalmente instrumentos de controle social, atuando como classe dominante. Todavia, o encontro entre as três matrizes étnicas formadoras do Brasil é marcada pela ausência de uma classe dominadora realmente nacional, pela importação de mão de obra africana e pelo subjugo dos índios.

Desse modo, em consonância com a variável de análise constantemente utilizada por Ribeiro, a sociedade brasileira foi criada por uma classe estrangeira, através de relações de força que visavam apenas a exploração econômica do território, que importava mais um contingente estrangeiro vindo da África para contribuir nos processos produtivos coloniais e que reprimia o grupo nativo para que se subordinasse econômica, política e culturalmente. Espontaneamente, entretanto, todas as matrizes se cruzaram e se influenciaram criando uma identidade nacional, que ainda se manteria aberta futuramente a receber novos fluxos imigratórios.

A seção V, "O Destino Nacional", encerra "O Povo Brasileiro" levantando hipóteses fundamentais sobre a inserção civilizacional do Brasil a partir de conclusões obtidas ao longo de todo o

trabalho. O autor cita diversos argumentos comuns que já foram e continuam sendo utilizados para tentar explicar os porquês para o Brasil "não ter dado certo", desqualificando acusações de que o brasileiro possa ser naturalmente "preguiçoso", por exemplo, visto que é marcado por uma alta produtividade durante, inclusive, o período colonial.

Depois, dá ênfase em quão jovem é o país Brasil, em seu aspecto pluralista, marcado por profundas imigrações após uma formação determinada por três matrizes étnicas (lusitana, indígena e negra). Entretanto, apesar da pluralidade, o país é integrado política, cultural e linguisticamente. Isto, ao ver do autor, fortalece o Brasil para se tornar uma grande nação no futuro, após um intenso processo de assimilação.

Ribeiro enxerga no Brasil um potencial diferente da América do Norte, que seria apenas uma mera extensão da civilização ocidental (europeia). E o Brasil, contudo, ao contrário da América setentrional e da Oceania, caracterizado por uma identidade excessivamente diferente da que foi simplesmente trazida pelos europeus para tais regiões, teria criado uma face própria, capaz de determinar uma nova identidade, diferente da ocidental. O Brasil, portanto, não tende a ser parte Ocidente; pelo contrário, deve seguir o destino imaginado por Simón Bolívar (com quem Ribeiro concorda) para a América Latina e se tornar uma grande civilização, nova, com grandes glórias pela frente. Afirma Ribeiro:

> Na verdade das coisas, o que somos é a nova Roma. Uma Roma tardia e tropical. O Brasil é já a maior das nações neolatinas, pela magnitude populacional, e começa a sê-lo também por sua criatividade artística e cultural. Precisa agora sê-lo no domínio da tecnologia da futura civilização, para se fazer uma potência econômica, de progresso auto-sustentado. Estamos nos construindo na luta para florescer amanhã como uma nova civilização, mestiça e tropical, orgulhosa de si mesma. Mais alegre, porque mais sofrida. Melhor, porque incorpora em si mais humanidades. Mais generosa, porque aberta à convivência com todas as raças e todas as culturas e porque assentada na mais bela e luminosa província da Terra (RIBEIRO, 1995, p. 61).

6. Conclusão:

As diferenças entre os pensamentos de Ernesto Araújo e Darcy Ribeiro são estridentes, apesar de ambos reconhecerem a participação do Ocidente na identidade brasileira. A despeito das diferenças em suas formações e campos de atuação, considerando que Araújo é um diploma atuante como ministro do atual governo, enquanto Ribeiro fora antropólogo e político, ambos trataram do mesmo tema em algum momento e, logo, convém trazer à tona o debate teórico que pode ser exposto entre suas conjecturas definitivamente opostas.

Ambos se dispõem a analisar a realidade nacional, ainda que o enfoque do primeiro seja mais profundo nas considerações do que compõe os Estados Unidos, e traga uma intensa centralidade em Trump, enquanto Ribeiro apenas faz menções aos Estados Unidos para estabelecer limites de compatibilidade de formações históricas entre este país e o Brasil. Ademais, Araújo é dotado de um repertório conservador e majoritariamente político, centrado na realidade estadunidense e pouco embasado na história brasileira. A sua forma de entender a realidade é voltada ao Ocidente e é alienada da própria conjuntura histórica e teórica nacional, o que o leva a afirmar que o Brasil é membro da civilização ocidental sem levar em conta as matrizes étnicas que contribuem horizontalmente, mesmo com um passado marcado pela subjugação, com a formação da majoritária identidade cultural e étnica do país.

Em princípio, Araújo, apesar da alcunha "nacionalista" que almeja para si, possui grandes inclinações a se apegar a apenas uma das três matrizes étnicas nacionais: a lusitana. E, desse modo, não pretende se desapegar dessa influência, não reconhece a presença das outras matrizes e da pluralidade por elas trazidas, e apresenta uma disposição contínua à "vontade" de ser parte do Ocidente. Ainda que tal consideração seja duvidosa ou, caso se estabeleça, apenas permita a América Latina o estatuto de um ente periférico de tal civilização, o atual ministro das relações exteriores deseja se manter adequado à subalternidade sob certas crenças de que esta pode ser uma estratégia bem-sucedida em termos de política externa para que essa condição seja superada por vias limitadas e sem competição em relação a um suposto

"pan-nacionalismo ocidental". Com efeito, a sua disposição é de fazer o Brasil reproduzir o comportamento estadunidense e de tentar ser parte de uma civilização que, segundo Huntington (referência própria do ministro), não o envolve. Todavia, a civilização latino-americana é, de fato, caracterizada com aspectos culturais do Ocidente, que busca manter um alinhamento estratégico baseado em relações de interdependência. Assim, define-se uma inclinação à permanência da posição de subordinação sob a suposição alienante de que não exista na América Latina outra civilização, mas, sim, uma extensão do Ocidente.

Ribeiro, por sua vez, em síntese, entende que o Brasil e a América Latina nasceram a partir de profundo sofrimento humano, da exploração econômica e da ausência de um projeto de país para o território. Este local não deveria ser, segundo o antropólogo, uma civilização. Não havia projetos para trazer a civilização ocidental para o Brasil e tampouco havia capacidade para, em um primeiro momento, a nação desenvolver seu próprio destino e sua identidade durante o período colonial. Fruto disto, espontaneamente, o país tomou rédeas gradualmente através de matrizes vindas de três fontes diferentes (indígena, lusitana e africana), apesar de uma delas ter sido verticalmente imposta sobre as outras duas. Passado este momento, quando o país se emancipa parcial e gradualmente, a situação muda, ideias e posturas de libertação e independência anti-colonial surgem, os potenciais crescem e as etnias começam a se definir no continente americano inteiro. Outros horizontes surgem neste momento.

Sob a inspiração de Simón Bolívar, citando-o, Ribeiro declara, pensando no destino nacional e na inserção civilizacional do Brasil e da América Latina, que o futuro do Brasil é absolutamente oposto ao da América do Norte e que o povo latino compreendido ao sul do continente tem um glorioso momento pela frente, devendo buscar se afirmar enquanto América Latina. O Brasil, então, segundo Ribeiro, não deve querer pertencer ao Ocidente, pois, enquanto sê-lo o será como parte marginal desta civilização. O Brasil deve erigir uma nova civilização. A tendência reconhecida após a realização de uma análise da identidade nacional brasileira indica que à medida que seu contingente populacional cresça e sua cultura seja melhor definida, suas capacidades deverão aumentar cada vez mais. Segundo Ribeiro, o destino do Brasil, a longo prazo, pode trazer em si uma reserva de enorme potencial para criar uma civilização neolatina, similar a uma nova Roma.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga. Trump e o Ocidente. Cadernos de Política Externa, Brasil, 2018. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/CADERNOS-DO-IPRI-N-6.pdf.> Acesso em: 9 de maio, 2019.

HUNTINGTON, Samuel P.. O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial. São Paulo: Objetiva, 1997.

LIND, William S. What is Cultural Marxism? EUA, 2008. Disponível em: <http://www.marylandthursdaymeeting.com/Archives/SpecialWebDocuments/Cultural.Marxism.htm>. Acesso em: 9 de maio, 2019.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.